

UMA PERSPETIVA DECOLONIAL SOBRE DISCURSOS DOS MÉDIA ONLINE NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA ÁFRICA DO SUL

Lorenzo Dalvit

School of Journalism and Media Studies, Rhodes University, Makhanda, África do Sul

RESUMO

Como uma das sociedades mais violentas e desiguais do mundo, a África do Sul ainda é profundamente moldada por um legado de segregação e opressão. Embora raça, gênero e status socioeconômico recebam muita atenção, a deficiência é uma dimensão importante, mas muitas vezes negligenciada, da desigualdade. Neste artigo, adoto uma perspectiva decolonial ao discutir artigos dos média online sobre violência contra pessoas com deficiência. Ao concentrar-me em histórias relacionadas com questões que receberam ampla cobertura dos média (por exemplo, saúde mental, brutalidade policial e violência baseada em gênero), problematizo o discurso eurocêntrico de direitos humanos que informa discussões públicas e acadêmicas. Também exploro a ligação entre os atuais entendimentos da deficiência e o legado de um violento passado colonial e do apartheid. Como resultado da natureza interseccional da deficiência, muitas das histórias envolvem múltiplas camadas de desigualdade e diferentes formas de opressão. Um foco explícito em formas extremas de violência institucional e física, enquanto restringe o escopo de investigação, traz a brutalidade da modernidade ocidental e os seus efeitos sobre as pessoas afetadas. O recurso jurídico parece levar, na melhor das hipóteses, a uma reparação incompleta, enquanto as suas falhas perpetuam um ciclo de marginalização e opressão. Em vez de problematizar essas falhas estruturais como resultado da modernidade ocidental e do neoliberalismo, os média inadvertidamente ofuscam esses vínculos ao realizar o seu normativo, ou seja, identificando e expondo culpados individuais ou culpando fatores contextuais.

PALAVRAS-CHAVE

deficiência, discursos online, violência, decolonial, África do Sul

A DECOLONIAL PERSPECTIVE ON ONLINE MEDIA DISCOURSES IN THE CONTEXT OF VIOLENCE AGAINST PEOPLE WITH DISABILITIES IN SOUTH AFRICA

ABSTRACT

As one of the most violent and unequal societies globally, South Africa is still profoundly shaped by a legacy of segregation and oppression. While race, gender and socio-economic status receive much attention, (dis)ability is an important yet often neglected dimension of inequality. In this article, I adopt a decolonial perspective in discussing online media articles about violence against people with disabilities. By focusing on stories related to issues that received extensive media coverage (e.g. mental health, police brutality and gender-based violence), I problematise the Eurocentric human-rights discourse informing public and scholarly discussions. I also explore

the link between current understandings of (dis)ability and the legacy of a violent colonial and apartheid past. As a result of the intersectional nature of (dis)ability, many of the stories involve multiple layers of inequality and different forms of oppression. An explicit focus on extreme forms of institutional and physical violence, while restricting the scope of enquiry, brings the brutality of western modernity and its effects on the people affected into sharp focus. Legal recourse appears to lead to incomplete reparation at best while its failures perpetuate a cycle of marginalisation and oppression. Rather than problematising these structural failures as a result of western modernity and neoliberalism, the media inadvertently obfuscates such links by performing its normative, that is, by identifying and exposing individual culprits or by blaming contextual factors.

KEYWORDS

disability, online discourses, violence, decolonial, South Africa

1. INTRODUÇÃO

Mais de 2 décadas após a transição do apartheid para a democracia, a África do Sul continua a ser uma das sociedades mais violentas e desiguais do mundo. A violência física foi amplamente empregada como instrumento de opressão racial no passado, e a contribuição da luta armada para o fim do apartheid faz parte da memória coletiva nacional ao lado da sua componente não violenta (Hamber, 1998; Stevens, 2021). Tal legado conturbado persiste de várias formas na sociedade sul-africana atual e no discurso público, como evidenciado por taxas alarmantes de assassinatos, violações, usurpação de terras, ataques xenófobos, brutalidade policial, protestos violentos, entre outros (Langa & Kiguwa, 2013; Moffett, 2006; Pearce, 2016; Tevera, 2013; Zondi & Ukpere, 2014). Embora a raça continue a ser uma questão controversa, nos últimos anos, incidentes de violência contra mulheres, agricultores e migrantes de outros países africanos chamaram a atenção dos média (ver Brodie, 2021; Dalvit, 2021; Mgogo & Osunkunle, 2021). A deficiência é uma dimensão de desigualdade relativamente pouco relatada, profundamente entrelaçada com a raça, o gênero, a idade, o status socioeconómico, e por aí adiante (Moodley & Graham, 2015). Enquanto cerca de 7,5% da população sul-africana vive com uma deficiência (Statistics South Africa, 2014), a atenção dos média é limitada a histórias de alto perfil, como a do caso de assassinato do paralímpico Oscar Pistorius (Ellis & Goggin, 2017; Langa et al., 2020). As pessoas com deficiência na África do Sul são frequentemente representadas de acordo com tropos estabelecidos (por exemplo, herói, vilão ou vítima), e as histórias sobre deficiência enquadram-se em narrativas testadas e comprovadas de tragédia ou transformação (Stadler, 2006). Com uma das maiores taxas de penetração da internet na região subsaariana (ver Chinembiri, 2020), a inclusão digital tem o potencial de permitir que os sul-africanos com deficiência moldem sua própria narrativa e façam a sua voz ser ouvida. Ao mesmo tempo, o espaço online corre o risco de reproduzir e consolidar antigas formas de discriminação e microagressões encobertas e violência epistémica. Neste artigo, analiso criticamente o discurso em peças noticiosas online sobre incidentes de violência contra pessoas com deficiência. Ao aplicar uma lente teórica decolonial, exploro como as tentativas de reparação por tais

incidentes refletem e reproduzem, em vez de desafiar, formas profundamente arraigadas de colonialidade em relação às pessoas com deficiência.

2. DEFICIÊNCIA NA ÁFRICA DO SUL: PASSADO E PRESENTE

O ativismo em torno da deficiência tem uma longa história na África do Sul. Embora reconhecendo experiências muito diferentes entre as linhas raciais, Howell et al. (2006) observam que “sob o apartheid, todas as pessoas com deficiência, negras e brancas, eram discriminadas e marginalizadas por causa de sua deficiência” (p. 48). Políticas e práticas discriminatórias foram informadas por uma compreensão teórica ocidental da deficiência como uma condição de dependência e de desempoderamento, limitando a capacidade de expressar preocupações e fazer valer direitos. As pessoas com deficiência foram marginalizadas na educação, na saúde e no emprego. Embora radicalmente diferente em muitos aspetos, o sistema da Lei de Educação Bantu e a educação especial para pessoas com deficiência compartilham uma história infame de segregação (Nkabinde, 1993; Soudien & Baxen, 2006). Para os indivíduos classificados como negros, a deficiência foi agravada por altas taxas de desemprego, o que garantiu um valioso reservatório de mão-de-obra barata para a economia do apartheid (ver Kelly, 2013). Além disso, como observado por Dowdall (1991), muitos negros foram submetidos à violência institucional e realmente “incapacitados” por lesões mal tratadas dentro de um sistema de saúde segregado e inferior, seguido pelo retorno às mesmas condições que causaram tais lesões no primeiro lugar. Organizações como Disabled People South Africa foram formadas na década de 1980, durante o estado de emergência, para catalisar a luta comum dos sul-africanos de todas as cores contra a opressão e a marginalização. Howell et al. (2006) observou que tal luta tinha dois componentes: uma luta pela igualdade de direitos e uma luta para mudar os entendimentos e perspetivas em torno da deficiência, discutidos nos próximos dois parágrafos.

A constituição sul-africana (Welfare Laws Amendment Act, 1996), considerada uma das mais progressistas do mundo, reconhece a necessidade de prevenir a discriminação injusta com base na deficiência, bem como o compromisso de corrigir as desigualdades vividas por pessoas com deficiência no passado (Bhabha, 2009). O primeiro aspeto, consagrado na Secção 9(3), é efetivado pela Lei de Promoção da Igualdade e Prevenção da Discriminação Injusta (Promotion of Equality and Prevention of Unfair Discrimination Act, 2000). Como exemplo de reparação, a África do Sul fornece subsídios de invalidez para cidadãos de baixos rendimentos, para muitos dos quais esta é sua principal fonte de rendimentos (Goldblatt, 2009; Macgregor, 2006). Como outro exemplo, a língua gestual é ativamente promovida pelo Pan South African Language Board e é reconhecida como língua oficial para fins educacionais (South Africa Schools Act, 1996). Outras leis dão efeito às disposições da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (United Nations Convention on the Rights of Persons with Disabilities, 2006) da qual a África do Sul é signatária. Por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Nacional da África do Sul, que fornece uma estrutura para a formulação e implementação de políticas de médio e longo prazo, reconhece explicitamente a tecnologia da informação

e comunicação como importante para a inclusão social de pessoas com deficiência. A lacuna entre a formulação e a implementação de políticas é reconhecida como um desafio para a África do Sul, e o domínio da deficiência não é exceção (Howell et al., 2006). Por exemplo, apesar da legislação progressista, a experiência educacional das pessoas com deficiência ainda é caracterizada pela marginalização, exclusão e subfinanciamento (Lyner-Cleophas, 2019; Van Niekerk et al., 2019). Na arena pública, documentos de políticas (Department of Communication South Africa, 2017) preveem que a (auto)representação de pessoas com deficiência requeira consentimento informado e participação ativa nos processos de produção dos média. No entanto, as representações comuns dos média sobre a deficiência como uma condição lamentável enquadram as intervenções como acomodações misericordiosas em vez de direitos legais (McDougall, 2006).

Os média refletem o entendimento de uma sociedade sobre a deficiência e, ao mesmo tempo, contribuem para moldar esse entendimento. Ausência, invisibilidade ou sub-representação de pessoas com deficiência em discussões públicas e fóruns denotam o papel relativamente menor atribuído a essas pessoas. Quando a deficiência é retratada, o rebaixamento para programas especializados fora dos horários nobres ou publicações dedicadas com um pequeno número de leitores contribui para a “guetização” (Davis, 2017). Goggin e Newell (2005) recorrem ao conceito de apartheid para captar o papel excludente e opressor desempenhado pelos média em relação à deficiência. Os média sul-africanos refletem os discursos estabelecidos, ou seja, a linguagem empregue para construir pessoas com deficiência de maneiras particulares (Stadler, 2006). Tais representações muitas vezes indicam uma posição ideológica específica que aponta para possíveis estratégias corretivas. Os modelos médico e beneficente focam na deficiência e representam as pessoas com deficiência como seres desamparados, dependentes e vulneráveis que precisam ser assistidos e protegidos. Por outro lado, o modelo social (Barnes, 2019) critica como a deficiência é construída por meio de normas sociais e defende a mudança, aumentando a conscientização sobre a distinção entre deficiência e invalidez. O modelo afirmativo proposto por Swain e French (2000) coloca em primeiro plano as habilidades, contribuições e conquistas das pessoas com deficiência e busca dar-lhes voz, proporcionando exposição nos média. Conforme detalhado abaixo, alguns académicos (por exemplo, Grech, 2009) alertam que, se retirados de contexto, tais modelos podem reproduzir inadvertidamente formas de opressão. Além de combater o estigma, propagar ideias progressistas e possibilitar vozes alternativas, a tecnologia digital oferece oportunidades para ampliar a rede social, trabalhar/estudar remotamente e aceder a informações relevantes, por exemplo, sobre saúde (Goggin & Newell, 2005). Ao mesmo tempo, a inclusão digital corre o risco de replicar ou mesmo exacerbar as desigualdades existentes entre pessoas com deficiência (por exemplo, ao longo de linhas raciais, de género e socioeconómicas) e pessoas sem deficiência (Tsatsou, 2021).

3. UMA ABORDAGEM DECOLONIAL DA DEFICIÊNCIA

Os entendimentos dominantes do público e dos académicos sobre a deficiência não levam em conta a raiz histórica e o surgimento da discriminação e opressão, bem

como as perspetivas alternativas do sul global, deste modo, falhando em fornecer um caminho claro para remediação. Com base na erudição decolonial, defendo uma compreensão das pessoas com deficiência como sujeitos anteriormente colonizados. Dentro desta perspetiva, a reparação não é uma emancipação sempre incompleta, mas sim uma libertação plena. Mignolo (2007, 2011) observou que a libertação implica um momento de desvinculação das formas eurocêntricas dominantes de pensamento através da desobediência epistémica e um momento programático subsequente de (re)construção. As críticas decoloniais ao conceito de direitos humanos (Maldonado-Torres, 2017; Santos, 2007b), que informam intervenções em nível internacional e local, representam um exemplo dessa desobediência. Ao clamar pela descolonização dos estudos sobre deficiência, Grech (2015) argumenta que o domínio de uma compreensão individualista neoliberal da personalidade e a consequente ênfase nos direitos humanos é produto do colonialismo violento associado à modernidade euro-americana. Num paradoxo perverso, vitórias individuais (por exemplo, como resultado de ação judicial) validam um sistema jurídico discriminatório pelo qual muitos no sul global são traídos. A natureza heteronormativa dos direitos humanos, formulada em torno das preocupações ocidentais, não leva em conta a possibilidade de prioridades alternativas (por exemplo, a capacidade de contribuir para o bem-estar de um grupo em vez de buscar a independência económica). Os entendimentos jurídicos e culturais modernos da deficiência têm como premissa uma distinção entre corpos capazes e deficientes. Em seu argumento a favor das epistemologias do sul, Santos (2012) identifica tais categorizações, por exemplo, ao longo de linhas raciais ou de género, como um instrumento por excelência da opressão colonial. Tal como acontece com a raça ou o género, a persistência de categorias hierarquicamente organizadas e separadas por uma “linha abissal” (ver de Santos, 2007a) consolida a subordinação perpétua. Devido a uma história de representação como vítimas em narrativas trágicas, o rótulo de Fanon (1963) de “malditos” é facilmente aplicável a pessoas com deficiência, cuja única opção é uma tentativa desesperada de assimilar e “preencher a lacuna”.

O conceito de colonialidade da deficiência proposto por Dirth e Adams (2019) capta a necessidade de reconceituar as pessoas com deficiência como uma minoria historicamente oprimida que possui um ponto de vista epistémico e analítico potencialmente disruptivo (Linton, 1998, 2005). A perspectiva histórica é importante em dois aspetos. Em primeiro lugar, uma identidade colectiva baseada em experiências comuns de opressão é essencial para superar as construções hegemónicas da deficiência como condição puramente individual de sofrimento e anormalidade que caracteriza os modelos ocidentais. Em segundo lugar, a ligação entre o passado e o presente é central para a definição da colonialidade como o legado persistente da violência colonial. Nos termos da matriz colonial de poder proposta por Quijano (2007), a violência pode ser exercida por meio da colonialidade do poder, do saber e do ser. No que diz respeito ao primeiro caso, as pessoas com deficiência são obrigadas a ocupar espaços dedicados (por exemplo, escolas especiais) e sujeitam-se à avaliação como requisito burocrático de acesso aos benefícios (ver Dirth & Adams, 2019; Soudien & Baxen, 2006). O epistemicídio que resulta da colonialidade do conhecimento manifesta-se na patologização sustentada pelo poderoso discurso científico (ocidental) que tantas vezes no passado justificou

a discriminação racial e de género (Belkhir, 1994). A consequente colonialidade do ser resulta em inferioridade internalizada e na normalização dos corpos eurocêntricos e modernos capazes como um ideal universal ao qual aspirar e ser avaliado.

4. ESCOLHAS E CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Uma perspetiva decolonial sobre os discursos em torno da deficiência requer uma postura crítica tanto no plano teórico quanto no metodológico. A relação entre os dois é amplamente reconhecida como complexa e potencialmente problemática (Resende, 2021; Santos, 2012). O trabalho seminal de Smith (2021) defende de forma convincente a descolonização de metodologias de pesquisa que, na maioria dos casos, estão profundamente enraizadas nas concepções ocidentais da academia e do que constitui investigação académica aceitável. Tal descolonização implica lidar com a “história suja” da metodologia de pesquisa (ver Ndlovu-Gatsheni, 2019) e reconhecer os diferenciais de poder na pesquisa (Katsui & Swartz, 2021). Como apontam Maniglio e Silva (2021), “os subalternos para sobreviver à violência material e epistémica, não apenas tiveram que aceitar o mundo ocidental, mas também tiveram que construir seus próprios discursos dessa forma” (p. 160). As técnicas de pesquisa do discurso têm suas origens nas tradições francesas ou britânicas. Com referência específica a um contexto do sul global, Resende (2021) observa que “descolonizar os estudos críticos do discurso (...) implica reconhecer que nossa história colonial e a violência nela imbuída não podem ser ignoradas” (p. 34). O autor propõe análises coletivas situadas como alternativa, enfatizando a necessidade de uma linguagem simplificada e acessível para interligar programaticamente o conhecimento científico e comum. Ao analisar o discurso, o uso e as escolhas da linguagem são trazidos para um foco crítico nítido. Do ponto de vista linguístico, o próprio termo “deficiência” coloca problemas particulares. Ao contrário de raça ou género, que englobam categorias dominantes e subalternas, como negro ou branco e homem ou mulher, a referência a pessoas com deficiência quase inevitavelmente marca sua diferença do “resto”. Por esse motivo, termos como “(dis)ability” ou “dis/ability” são frequentemente empregados (Goodley, 2014; Schalk, 2019). O uso da linguagem que prioriza a pessoa ao invés da deficiência em primeiro lugar (Blaska, 1993; Mkhize, 2015), ou seja, “pessoas com deficiência” em vez de “deficientes”, é uma forma de corrigir desigualdades linguísticas passadas ao mesmo tempo em que se evitam outros termos ou termos depreciativos em discussões públicas e prática jornalística (Green & Tanner, 2009). Tais considerações linguísticas exigem que os académicos críticos e decoloniais estejam atentos e reflitam constantemente sobre seus próprios preconceitos enquanto escrevem. Além disso, termos que se referem a diferentes deficiências, muitos dos quais têm significados figurativos comumente usados, como cegos ou surdos, apresentam desafios particulares na busca de literatura e textos usando um mecanismo de busca.

O presente trabalho concentra-se em artigos noticiosos online sobre três crises (ou seja, saúde mental, brutalidade policial e violência baseada em género) que receberam ampla cobertura dos média na África do Sul. Apesar de terem sido considerados outros tipos de crises (por exemplo, captura do Estado, desemprego, acesso à água, etc.), os

selecionados apresentam intersecções entre deficiência e status socioeconómico, raça e género, as três dimensões da desigualdade reconhecidas e bem compreendidas. Dentro de um estudo de caso múltiplo qualitativo, esse foco fornece os exemplos mais adequados de cobertura dos média sobre violência contra pessoas com deficiência e posterior reparação (ou falta dela). Os artigos noticiosos foram selecionadas propositalmente entre os publicados em 2020 e 2021 nos principais portais de notícias nacionais, como *Daily Maverick*, *News24*, *The Sowetan*, entre outros (ver Apêndice, Tabela A1). Os artigos individuais foram identificados por meio de uma pesquisa exploratória na web (Hoeber et al., 2017) e selecionados com base na sua relevância para o tópico de violência e deficiência na África do Sul e/ou saúde mental, brutalidade policial ou violência baseada em género. Foram considerados 15 textos em inglês de diferentes publicações sul-africanas. Deve-se ter em mente que o conteúdo online em inglês reflete os pontos de vista da parcela relativamente pequena, mas culturalmente dominante da população, que consome notícias online e que é proficiente no idioma (Bosch, 2020; Salawu, 2018). Com referência específica ao contexto africano, Bosch (2018) desafia o falso binário entre os componentes empíricos e interpretativos da pesquisa de estudos dos média e clama por “uma abordagem política, que ilumine as relações de poder imperial ou colonial” (p. 420). Em um estudo qualitativo como o presente, a análise de dados é uma “função das observações, intuições e impressões do pesquisador” (Kothari, 2004, p. 5). Isso introduz uma medida de subjetividade nos processos de amostragem e interpretação. Os dados são analisados dedutivamente por meio de códigos baseados no referencial teórico descrito na secção anterior (Bingham & Witkowsky, 2022). Uma vez que os textos em análise são produtos culturais da modernidade ocidental, evitou-se um processo indutivo (por exemplo, como parte de uma análise temática preliminar), pois corria o risco de refletir essa orientação eurocêntrica. A análise temática não teria sido adequada, pois não permite fazer afirmações sobre o uso da linguagem (Braun & Clarke, 2006). As entrevistas também foram descartadas porque as pessoas diretamente afetadas estão mortas ou gravemente traumatizadas. Neste último caso, exigir que os entrevistados revivessem a experiência para “extrair” dados teria sido inconsistente com a orientação decolonial do presente estudo.

5. LIFE ESIDIMENI

O componente psiquiátrico da condição colonial atraiu a atenção de académicos decoloniais que vão de Fanon (2008) a Dirth e Adams (2019). Na África do Sul, estima-se que 30% da população sofre de uma condição de saúde mental, que foi agravada pelos efeitos da pandemia de COVID-19 (Heyns et al., 2021). As pessoas cujo caso é considerado grave são frequentemente submetidas a práticas controversas, como a institucionalização (Freeman, 2018; Ornellas & Engelbrecht, 2018). Durante o segundo semestre de 2016, cerca de 1.500 pacientes do Estado foram transferidos da unidade privada contratada da Life Esidimeni para mais de 100 entre organizações não governamentais, hospitais psiquiátricos e unidades de saúde comunitárias (<https://www.lifesidimeni.org.za/>). Tal movimento, supostamente parte de uma estratégia de redução de custos e desinstitucionalização, resultou na morte de 144 pessoas, provavelmente devido à fome, abuso e/ou

negligência (*Daily Maverick*, 24 de novembro de 2021). Mais tarde, descobriu-se que muitas das instalações estavam mal equipadas e subfinanciadas (News24, 23 de novembro de 2021). A ação judicial de familiares de pacientes e organizações da sociedade civil, 5 anos após a transferência, não resultou em nenhuma condenação (*Daily Maverick*, 25 de novembro de 2021). O status socioeconómico mais afetado negativamente desempenha um papel fundamental, pois os cuidados de saúde com financiamento privado não são uma opção para os pobres. A investigação académica destacou as falhas do sistema jurídico em impedir a movimentação de pacientes ou garantir a responsabilização e a justiça (Ferlito & Dhali, 2018; Kabagambe, 2019; Thobejane, 2018). A observação de Ornellas e Engelbrecht (2018) de que “as audiências públicas de arbitragem subseqüentes culpam certos indivíduos, mas deixaram o processo de desinstitucionalização intocado” (p. 296) captura o fracasso das abordagens neoliberais modernas (ou seja, desinstitucionalização neste caso) em fornecer fecho ou provocar uma mudança significativa. Os média e os textos académicos parecem apontar para “o padrão prescritivo contra o qual eles acham que as sociedades tradicionais do mundo maioritário são o epítome da opressão da deficiência” (Dirth & Adams, 2019, p. 272). Ao mesmo tempo, o histórico decepcionante dos inquéritos judiciais pode ser entendido como evidência do que Maldonado-Torres (2007) denomina “morte incompleta”. Arranjos institucionais herdados do passado colonial eurocêntrico mantêm os sobreviventes e suas famílias num estado de sofrimento perpétuo sem possibilidade de redenção, reparação significativa ou realmente chegar a um fim.

As representações dos média refletem as perspetivas e preocupações ocidentais. A referência a esta história como a “tragédia da Life Esidimeni” em publicações de jornais e revistas académicas explora uma tradição estabelecida de enquadrar narrativas em torno da deficiência discutida acima. Coerente com tal narrativa, as pessoas com deficiência que morreram são consideradas vítimas indefesas e sem nome. Duas estratégias desumanizadoras estão em jogo ao nomear tais pessoas. Em primeiro lugar, eles são frequentemente chamados de pacientes ou, às vezes, de utilizadores em vez de pessoas (ver News24, 23 de novembro de 2021). Maldonado-Torres (2007) nota a polémica sobre o reconhecimento da humanidade dos colonizados como parte do legado colonial. Evitar palavras como “pessoas” ou “pessoa” pode ser visto, na melhor das hipóteses, como contornar o problema e, na pior das hipóteses, negar deliberadamente tal humanidade. O uso de “entregue” no artigo mencionado acima objetiva ainda mais as pessoas envolvidas e lembra remoções e reassentamentos forçados sob o apartheid (Evans, 2019). A segunda estratégia, também identificada por Maldonado-Torres (2007) como evidência da colonialidade, é agregar as mortes como forma de invisibilizar o sofrimento pessoal individual. As pessoas cuja morte é documentada na história da Life Esidimeni são muitas vezes referidas em figuras que representam o número de mortes, tornando-as “corpos não lamentáveis” nos termos de Cole (2015). Quando nomeados (*Daily Maverick*, 24 de novembro de 2021), as histórias individuais são contadas por “corpos capazes” (geralmente membros da família). Essa forma de sofrimento por procuração corre o risco de colocar em primeiro plano a dor e o luto dos cuidadores e tornar invisível a experiência das pessoas mais diretamente afetadas. Tal invisibilização reflete o que Santos (2012) chama de “ausência construtiva”, ou seja, a prática colonial de apagamento decorrente

de ignorar, minimizar ou interpretar mal a perspectiva do subalterno. As pessoas com deficiência mental sintetizam a construção do subalterno como alguém irracional, dependente e improdutivo, cuja voz não encontra representação significativa nos média.

Os discursos mediáticos contribuem para a construção de pessoas com doenças mentais como deficientes ou anormais, independentemente do reconhecimento das práticas tradicionais de cura na África do Sul, oferecendo diferentes entendimentos (Booi, 2004). O horizonte limitado do possível, que Santos (2012) capta na ideia de uma sociologia da emergência, torna difícil imaginar arranjos alternativos à institucionalização, reparação fora do processo legal formal e concepções não patologizantes dos quadros psiquiátricos. Em algumas culturas indígenas sul-africanas, condições clinicamente diagnosticadas como depressão ou esquizofrenia podem ser interpretadas como uma chamada para fazer um trabalho ancestral e tornar-se um curandeiro tradicional (Lambrecht & Taitimu, 2013). A não aceitação de tal chamada e treinamento adequado podem piorar os sintomas. No entanto, os curandeiros tradicionais reconhecem a possibilidade e o perigo de confundir o chamado ancestral genuíno com condições patológicas reais que exigem cuidados médicos adequados (*Sowetan*, 4 de junho de 2021). Ao mesmo tempo, pessoas com transtornos mentais graves podem ser acusadas de feitiçaria e, em casos extremos, mortas (TimesLive, 12 de abril de 2021). Em comunidades socioeconómicas marginalizadas, a estigmatização de crenças tradicionais nos média é muitas vezes combinada com degradação material e tensões subjacentes, resultando em violência simbólica e física contra pessoas com deficiência.

6. BRUTALIDADE POLICIAL

A força policial tem uma longa história de brutalidade na África do Sul, enraizada na repressão violenta do apartheid. Como é o caso noutras partes do mundo, a violência física é fortemente racializada (Bruce, 2002; Hadebe & Gopal, 2021; Zondi & Ukpere, 2014). Em 26 de agosto de 2020, um rapaz de 16 anos com síndrome de Down foi baleado por um polícia, supostamente por não responder ao interrogatório (TimesLive, 3 de setembro de 2020). O assassinato desencadeou protestos violentos de membros da comunidade de mestiços de Joanesburgo, à qual o rapaz pertencia e que tem um histórico de tensões com agentes policiais. O termo “mestiços” herdado da classificação racial do apartheid refere-se a pessoas de ascendência mista que, como resultado de discriminação e deslocamento forçado, compartilham uma identidade cultural e linguística distinta. O assassinato sem sentido provocou protestos violentos de membros da comunidade, seguidos de uma petição com 120.000 assinaturas para pedir o julgamento dos três polícias. Os procedimentos judiciais revelaram que o acusado tentou encobrir o crime alegando que o rapaz foi atingido no fogo cruzado com membros de gangues (Eye Witness News, 23 de outubro de 2021), explorando um estereótipo comum de jovens mestiços como gângsteres (Adhikari, 2004). Mais de 2 décadas desde o fim da segregação institucionalizada, a raça continua a ser uma questão controversa na África do Sul, e um partido político da oposição tentou capitalizar a dor da comunidade. A história também ganhou ressonância internacional quando a cantora Solange Knowles twittou sobre isso no contexto de assassinatos policiais por motivos

raciais nos Estados Unidos. Colocar em primeiro plano a dimensão racial (Independent Online, 20 de novembro de 2021; Bedasse et al., 2020), embora importante por si só, parece alheio às tensões históricas entre os indivíduos classificados como mestiços e aqueles classificados como negros que, como resultado das políticas de dividir para governar do apartheid, até certo ponto ainda persistem hoje. Além disso, uma ênfase no aspeto racial e a sua ressonância nos média vêm à custa de um foco acentuado na deficiência. As reportagens dos média não reconhecem que o rapaz em questão foi morto porque ele não agiu de acordo com as expectativas capacitistas numa situação em que a violência física extrema e a desconfiança mútua são endémicas.

Numa história não relacionada, em 19 de novembro de 2020, um idoso foi deliberadamente empurrado da sua cadeira de rodas por dois polícias na Cidade do Cabo. O homem tinha ido à esquadra da polícia para perguntar sobre outros líderes presos de um protesto pacífico da comunidade. Ele estava com outro ativista que capturou os seus maus-tratos num vídeo no telemóvel e mais tarde atuou como procurador dos média. De facto, a pessoa diretamente afetada estava traumatizada e não tinha um bom espaço para falar e, como um idoso dentro da cultura Xhosa, a humilhação pública era uma experiência particularmente humilhante e desumanizante para ele (News24, 21 de novembro de 2020). Esta era a terceira vez que ele era agredido fisicamente pela polícia na sua ação de ativismo por melhores moradias, mas nenhuma acção foi tomada em relação aos incidentes anteriores (*Daily Maverick*, 22 de novembro de 2020). Como resultado do alvoroço público após a última história, os dois polícias foram suspensos, mas nenhum pedido de desculpas ou qualquer outra forma de reparação direta foi oferecido. O ativista entendeu que esse silêncio significava que seus maus-tratos eram considerados normais e sentiu que o seu direito de protestar estava sendo invalidado.

Em ambas as histórias discutidas nesta secção, a dependência de processos legais resultou em frustração e maior desumanização. A brutalidade policial precisa de ser compreendida no contexto de uma história de protestos violentos e relações tensas com comunidades marginalizadas, exemplificando o que Maldonado-Torres (2007) chama de “estado de guerra permanente”. Sob tais condições, o comportamento ético é suspenso e os subalternos podem ser tratados como inimigos contra os quais o uso irrestrito da força é aceitável. Duncan (2016) observa como as representações mediáticas dos protestos colocam em primeiro plano atos de violência como justificação para a resposta brutal da polícia. É importante notar que tal foco distrai das causas subjacentes, tanto dos protestos quanto do recurso à violência de ambos os lados, restringindo as oportunidades de compreensão e deliberação pública sobre soluções significativas e/ou reparação.

7. VIOLÊNCIA BASEADA NO GÉNERO

A violência baseada no género é reconhecida como um problema particularmente grave na África do Sul, levando o Presidente Cyril Ramaphosa a rotulá-la como “a outra pandemia” ao lado da COVID-19 (AllAfrica, 25 de novembro de 2021). As mulheres sul-africanas desempenharam um papel importante, mas muitas vezes esquecido, na luta contra o apartheid (Sideris, 1998). A ligação entre violência contra a mulher e

colonialidade é amplamente reconhecida na literatura (Fanon, 2008; Icaza, 2018; Mack et al., 2018). Por exemplo, a violação é frequentemente utilizada como arma para derrotar e humilhar o inimigo (Siddique, 2019). Dentro da lógica discutida acima de estado de guerra permanente, é importante associar a violação à violência e à opressão ao invés de relações sexuais. Para mulheres com deficiência na África do Sul, a violação geralmente encaixa-se numa matriz interseccional de pobreza e violência (Humphrey, 2016; van der Heijden et al., 2019). As mulheres com deficiência também devem lutar contra uma cultura patriarcal que assume que relacionamentos não recíprocos e puramente sexuais são tudo o que elas podem aspirar.

Conforme relatado na notícia do Independent Online, a 22 de outubro de 2021, uma mulher em Bodibe, na província do noroeste, aceitou a oferta de um homem que conheceu numa taberna para a acompanhar a casa empurrando a sua cadeira de rodas. O homem, em vez disso, levou-a para sua casa e violou-a. Um porta-voz da polícia aconselhou as mulheres a serem vigilantes e a não aceitarem ajuda de estranhos, por mais gentis que pareçam. Tal afirmação é problemática em três níveis. Em primeiro lugar, como um exemplo comum de culpabilização da vítima, transfere a responsabilidade do violador para o sobrevivente (Orth et al., 2021). Em segundo lugar, não reconhece que a dependência dos outros muitas vezes não é uma escolha para uma pessoa com deficiência, mas uma necessidade provocada por viver num mundo capacitista. Em terceiro lugar, a referência a estranhos toca nas imagens atuais dos média (ver Brodie, 2021), mas contradiz as evidências de que a maioria dos incidentes de violência sexual ocorre entre pessoas que se conhecem. Embora esta história não especifique o nível de conhecimento, os dois incidentes discutidos abaixo envolveram vizinhos e familiares.

Uma mulher de 23 anos, com deficiência mental resultante de meningite tuberculosa na infância e residente em Riebeek Kasteel, na província de Cabo Ocidental, foi violada por uma pessoa desconhecida quando criança e depois pelo seu tio quando jovem (Independent Online, 27 de novembro de 2021). O tio ofereceu 10 R, uma quantia insignificante mesmo em um contexto pobre e marginalizado, como reparação. Enquanto as práticas tradicionais inspiradas no princípio da justiça restaurativa (ver Burns & Sinko, 2021; Greyvenstein, 2017) podem contemplar compensação monetária (inclusive em casos de agressão sexual), o envolvimento comunitário necessário para garantir o reconhecimento mútuo e a negociação estava ausente neste caso. A mãe da jovem observou que o fracasso em garantir uma condenação no primeiro incidente de violação levou à desilusão e reticência em relatar o segundo. Apenas a intervenção das autoridades locais convenceu a família a apresentar queixa, apesar da taxa muito baixa de condenação por este tipo de crime (Greyvenstein, 2017; Vetten, 2011). Um conselheiro da ala que apoiava a família comentou que:

não há estruturas nesta comunidade. É por isso que esses incidentes acontecem. Estamos numa jornada para os 16 dias de ativismo e, para mim, os 16 dias são um mito para o que testemunhamos hoje, uma criança com deficiência que foi repetidamente violada. “O sistema falhou com ela porque a polícia não levou o primeiro caso a sério”. (Independent Online, 27 de novembro de 2021)

Os 16 dias de ativismo mencionados são uma iniciativa do governo sul-africano para aumentar a conscientização sobre a violência baseada no género. Consistente com a perspetiva eurocêntrica que informa os discursos dos média, a citação defende o fortalecimento de processos legais modernos e mecanismos de responsabilização, em vez de reconhecer seu fracasso. A falta de “estruturas” representativas da modernidade ocidental é assim identificada como o problema, ocultando a contribuição da mesma modernidade ocidental para a opressão e marginalização patriarcal das mulheres em geral e das mulheres negras com deficiência em particular, o que as torna alvos de violência em primeiro lugar.

Em todas as notícias discutidas até aqui, o relativo silêncio das pessoas diretamente afetadas traz à mente a pergunta de Spivak: “o subalterno pode falar?”. As próprias pessoas com deficiência calam-se, seja porque não existem mais, porque têm muita vergonha ou são consideradas incapazes de fazê-lo. As únicas vozes representadas nas citações diretas são de familiares, cuidadores ou representantes das instituições. A última história fornece um contraexemplo. A 14 de fevereiro de 2020, uma mulher com deficiência visual em Mokopane, na província de Limpopo, foi agredida sexualmente pelo seu vizinho, que mandou os filhos dela fazer um recado (*Sowetan*, 14 de fevereiro de 2020). Este incidente ocorreu na casa da sobrevivente entre pessoas que se conheciam bem. Como resultado direto dessa proximidade, a mulher e os seus filhos foram repetidamente ameaçados e pressionados a retirar o caso pela família do agressor. Na única história entre as consideradas no presente estudo em que a pessoa diretamente envolvida realmente falou com os média, ela fê-lo deliberadamente para garantir que, se algo lhe acontecesse a ela ou à sua família, os culpados seriam identificados. Em contraste com as noções ocidentais de falar por si mesmo ou de aumentar a conscientização, a sua acção pode ser melhor compreendida como uma estratégia defensiva e como evidência de fé na justiça comunitária, pois a vingança é muitas vezes a única forma de reparação para mulheres com deficiência que vivem em comunidades marginalizadas (*TimesLive*, 6 de maio de 2021). As representações mediáticas limitam-se a condenar a violência física e não reconhecem e desafiam as estruturas patriarcais que tornam os corpos femininos negros indesejáveis e, portanto, inerentemente “invioláveis” (*Annamma & Handy*, 2021).

8. CONCLUSÃO

Nos últimos anos, as três diferentes crises sul-africanas (saúde mental, brutalidade policial e violência baseada no género) receberam ampla cobertura dos média e forneceram exemplos de violência contra pessoas com deficiência. A análise dos textos dos média online sugere que as abordagens dominantes da deficiência, com foco em processos legais, garantindo a responsabilização ou promovendo a conscientização, não conseguem fornecer efetivamente o fecho e a reparação no caso de violência contra pessoas com deficiência. A aplicação dos direitos individuais tem como premissa uma perspetiva eurocêntrica e só parece levar a uma reparação incompleta. Nenhum dos perpetradores das histórias consideradas neste artigo foi sentenciado de acordo com seu crime. Além disso, em dois casos, parece que uma experiência anterior de reparação fracassada levou os protagonistas a perder a esperança de obter justiça. Campanhas de consciencialização

e indignação por incidentes violentos encaixam-se no roteiro emancipatório ocidental, mas não desafiam fundamentalmente a colonialidade da deficiência. Algumas das histórias discutidas neste artigo receberam extensa e prolongada cobertura dos média, mas isso pareceu satisfazer a curiosidade do público e a necessidade de catarse, em vez de trazer uma reparação genuína ou mudança substancial. Uma visão transversal de estudos revela que os discursos dos média (re)constróem as pessoas com deficiência como sujeitos subalternos cuja experiência é quase exclusivamente veiculada por procuração. Por meio de narrativas familiares de vitimização em busca por uma exposição da injustiça, os média na verdade normalizam ainda mais a condição de sofrimento das pessoas com deficiência, insinuando que a cobertura é uma forma aceitável de reparação.

Além disso, ao desempenhar o papel de cão de guarda que lhes é atribuído pelas estruturas normativas ocidentais, os média desviam a atenção para atos individuais de violência física ou estrutural longe das suas raízes sistémicas na modernidade ocidental. Em relação às três crises em análise, o que permanece livre de críticas é a ordem neoliberal que torna a deficiência uma responsabilidade económica individual, o monopólio estatal da violência para garantir o conformismo e a hierarquização patriarcal do corpo feminino negro com deficiência como não tendo valor. A interseccionalidade da deficiência torna difícil dissociá-la de outros vetores de desigualdade e opressão, como pobreza, raça ou género. Ao mesmo tempo, avanços nos estudos decoloniais com foco nessas outras dimensões da desigualdade podem e devem contribuir para uma melhor compreensão da deficiência no sul global. Enquanto um foco específico em formas extremas de violência institucional e física coloca em foco a brutalidade da modernidade ocidental, uma investigação de outras formas de violência (por exemplo, violência simbólica, microagressões, etc.) pode produzir resultados interessantes. Como sugestão adicional para pesquisas futuras, uma investigação sobre média sociais, incluindo publicações em línguas africanas, pode fornecer conhecimentos sobre diferentes construções e discursos alternativos. Estes podem, por sua vez, contribuir para uma compreensão mais fluida da deficiência como parte integrante da condição humana.

Tradução: Crimilda Macuacua

NOTA DOS EDITORES

“(Dis)ability” e “dis/ability” são termos usados na língua inglesa de forma a desnaturalizar a subalternidade ligada aos conceito de *disability* (deficiência ou incapacidade, consoante as traduções). Sem que exista um correspondente político de uso corrente, em português, resultaria em algo como in/capacidade e (in)capacidade ou de/eficiência e (de)eficiência.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é baseado na pesquisa apoiada pela Fundação Nacional de Pesquisa da África do Sul (Número de concessão: 137986).

REFERÊNCIAS

- Adhikari, M. (2004). 'Not black enough': Changing expressions of coloured identity in post-apartheid South Africa: Feature: Ten years of democracy. *South African Historical Journal*, 51(1), 167–178. <https://hdl.handle.net/10520/EJC93611>
- Annamma, S. A., & Handy, T. (2021). Sharpening justice through DisCrit: A contrapuntal analysis of education. *Educational Researcher*, 50(1), 41–50. <https://doi.org/10.3102/0013189X20953838>
- Barnes, C. (2019). Understanding the social model of disability: Past, present and future. In N. Watson & S. Vehmas (Eds.), *Routledge handbook of disability studies* (pp. 14–31). Routledge.
- Bedasse, M., Butler, K. D., Fernandes, C., Laumann, D., Nagaraja, T., Talton, B., & Thurman, K. (2020). AHR conversation: Black internationalism. *The American Historical Review*, 125(5), 1699–1739. <https://doi.org/10.1093/ahr/rhaa513>
- Belkhir, J. (1994). Race, sex, class & “intelligence” scientific racism, sexism & classism. *Race, Sex & Class*, 1(2), 53–83.
- Bhabha, F. (2009). Disability equality rights in South Africa: Concepts, interpretation and the transformation imperative. *South African Journal on Human Rights*, 25(2), 218–245. <https://hdl.handle.net/10520/EJC53342>
- Bingham, A. J., & Witkowsky, P. (2022). Deductive and inductive approaches to qualitative data analysis. In C. Vanover, P. Mihás, & J. Saldaña (Eds.), *Analysing and interpreting qualitative data: After the interview* (pp. 133–146). SAGE Publications.
- Blaska, J. (1993). The power of language: Speak and write using “person first”. In M. Nagler (Ed.), *Perspectives on disability* (pp. 25–32). Health Markets Research.
- Booi, B. N. (2004). *Three perspectives on ukuthwasa: The view from traditional beliefs, western psychiatry and transpersonal psychology* [Dissertação de mestrado, Rhodes University].
- Bosch, T. (2018). Rethinking media research in Africa. In B. Mutsvairo (Ed.), *The Palgrave handbook of media and communication research in Africa* (pp. 413–425). Palgrave Macmillan.
- Bosch, T. E. (2020). *Social media and everyday life in South Africa*. Routledge.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp0630a>
- Brodie, N. (2021). Ideal victims and familiar strangers: Non-intimate femicide in South African news media. *African Journalism Studies*, 42(3), 82–99. <https://doi.org/10.1080/23743670.2021.1933559>
- Bruce, D. (2002). Police brutality in South Africa. In N. Mwanajiti, P. Mhlanga, M. Sifuniso, Y. Nachali-Kambikambi, M. Muuba, & M. Mwananyanda (Eds.), *Police brutality in Southern Africa – A human rights perspective*. Inter-African Network for Human Rights and Development. <http://www.csvr.org.za/docs/policing/policebrutality.pdf>
- Burns, J., & Sinko, L. (2021). Restorative justice for survivors of sexual violence experienced in adulthood: A scoping review. *Trauma, Violence, & Abuse*, XX(X), 1–15 <https://doi.org/10.1177/15248380211029408>
- Chinembiri, T. (2020, junho). *Despite reduction in mobile data tariffs, data still expensive in South Africa*. Research ICT Africa. <https://researchictafrica.net/publication/despite-reduction-in-mobile-data-tariffs-data-is-still-expensive-in-south-africa/>
- Cole, T. (2015, 9 de janeiro). Unmournable bodies. *The New Yorker*. <https://www.newyorker.com/culture/cultural-comment/unmournable-bodies>
- Dalvit, L. (2021). The voice of the voiceless? Decoloniality and online radical discourses in South Africa. In B. Karam & B. Mutsvairo (Eds.), *Decolonising political communication in Africa* (pp. 207–223). Routledge.

- Davis, L. J. (2017). The ghettoization of disability: Paradoxes of visibility and invisibility in cinema. In A. Waldschmidt, H. Berressem, & M. Ingwersen (Eds.), *Culture – Theory – Disability* (pp. 39–50). transcript Verlag.
- Department of Communication South Africa. (2017, 1 de janeiro). *Disability & ICT strategy*. https://www.gov.za/sites/default/files/gcis_document/201409/disability-and-ict-strategya.pdf
- Dirth, T. P., & Adams, G. A. (2019). Decolonial theory and disability studies: On the modernity/coloniality of ability. *Journal of Social and Political Psychology*, 7(1), 260–289. <https://doi.org/10.5964/jspp.v7i1.762>
- Dowdall, T. L. (1991). Repression, health care and ethics under apartheid. *Journal of Medical Ethics*, 17, 51–54. <https://doi.org/10.1136/jme.17.Suppl.51>
- Duncan, J. (2016, 13 de julho). *Is South Africa reverting to a repressive state?* [Palestra]. University of Johannesburg.
- Ellis, K., & Goggin, G. (2017). Disability, global popular media, and injustice in the notorious trial of Oscar Pistorius. In E. Ellcessor & B. Kirkpatrick (Eds.), *Disability media studies* (pp. 197–221). New York University Press. <http://hdl.handle.net/2123/13682>
- Evans, L. (2019). Contextualising apartheid at the end of empire: Repression, ‘development’ and the Bantustans. *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, 47(2), 372–411. <https://doi.org/10.1080/03086534.2019.1605705>
- Fanon, F. (1963). *The wretched of the earth*. Grove Press
- Fanon, F. (2008). *Black skin, white masks*. Grove Press.
- Ferlito, B. A., & Dhali, A. (2018). The Life Esidimeni tragedy: The courts are also to blame. *South African Medical Journal*, 108(3), 155–156. <https://doi.org/10.7196/SAMJ.2018.v108i3.13011>
- Freeman, M. C. (2018). Global lessons for deinstitutionalisation from the ill-fated transfer of mental health-care users in Gauteng, South Africa. *The Lancet Psychiatry*, 5(9), 765–768. [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(18\)30211-6](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(18)30211-6)
- Goggin, G., & Newell, C. (2005). *Disability in Australia: Exposing a social apartheid*. UNSW Press.
- Goldblatt, B. (2009). Gender, rights and the disability grant in South Africa. *Development Southern Africa*, 26(3), 369–382. <https://doi.org/10.1080/03768350903086689>
- Goodley, D. (2014). *Dis/ability studies: Theorising disablism and ableism*. Routledge.
- Grech, S. (2009). Disability, poverty and development: Critical reflections on the majority world debate. *Disability & Society*, 24(6), 771–784. <https://doi.org/10.1080/09687590903160266>
- Grech, S. (2015). Decolonising eurocentric disability studies: Why colonialism matters in the disability and Global South debate. *Social Identities*, 21(1), 6–21. <https://doi.org/10.1080/13504630.2014.995347>
- Green, K., & Tanner, S. (2009). Reporting disability. *Asia Pacific Media Educator*, (19), 43–54. <https://ro.uow.edu.au/apme/vol1/iss19/6/>
- Greyvenstein, L. (2017). Community involvement can impact justice through ADR, mediation and restorative justice. *Servamus Community-Based Safety and Security Magazine*, 110(11), 78–79. <https://hdl.handle.net/10520/EJC-a8c66a143>
- Hadebe, P., & Gopal, N. (2021). When torture mocks the law: Understanding police brutality in South Africa. *International Journal of Criminology and Sociology*, 10, 231–243. <https://doi.org/10.6000/1929-4409.2021.10.28>
- Hamber, B. (1998). Dr Jekyll and Mr Hyde: Violence and transition in South Africa. In E. Bornman, R. Van Eeden, & M. Wentzel (Eds.), *Violence in South Africa* (pp. 349–370). Human Sciences and Research Council.
- Heyns, C., Jewkes, R., Liebenberg, S., & Mbazira, C. (2021). *Proceedings report of the webinar in the hidden crisis: Mental health on times of covid-19*. ASSAF; Leopoldina. <http://hdl.handle.net/20.500.11911/176>

- Hoerber, O., Hoerber, L., Snelgrove, R., & Wood, L. (2017). Interactively producing purposive samples for qualitative research using exploratory search. In M. Koolen, J. Kamps, T. Bogers, N. J. Belkin, D. Kelly, & E. Yilmaz (Eds.), *SCST 2017: Supporting complex search tasks* (pp. 18–20). CEUR-WS.
- Howell, C., Chalklen, S., & Alberts, T. (2006). A history of the disability rights movement in South Africa. In B. Watermeyer, L. Swartz, T. Lorenzo, M. Schneider, & M. Priestley (Eds.), *Disability and social change: A South African agenda* (pp. 46–84). HSRC Press.
- Humphrey, M. (2016). *The intersectionality of poverty, disability, and gender as a framework to understand violence against women with disabilities: A case study of South Africa* [Dissertação de mestrado, Clark University]. Clark Digital Commons. https://commons.clarku.edu/idce_masters_papers/36
- Icaza, R. (2018). Social struggles and the coloniality of gender. In O. U. Rutazibwa & R. Shilliam (Eds.), *Routledge handbook of postcolonial politics* (pp. 58–71). Routledge.
- Kabagambe, A. D. (2019). Life Esidimeni: Applying a human rights lens. *ESR Review: Economic and Social Rights in South Africa*, 20(3), 4–8. <https://hdl.handle.net/10520/EJC-1c6ec8ac1f>
- Katsui, H., & Swartz, L. (2021). Research methods and practices of doing disability studies in the global south. *Scandinavian Journal of Disability Research*, 23(1), 204–206. <http://doi.org/10.16993/sjdr.841>
- Kelly, G. (2013). *Regulating access to the disability grant in South Africa, 1990-2013* [Working paper]. University of Cape Town. <http://www.cssr.uct.ac.za/cssr/pub/wp/330/>
- Kothari, C. R. (2004). *Research methodology: Methods and techniques*. New Age International Publishers.
- Lambrecht, I., & Taitimu, M. (2013). Exploring culture, subjectivity and psychosis. In J. Geekie, P. Randal, D. Lampshire, & J. Read (Eds.), *Experiencing psychosis* (pp. 64–74). Routledge.
- Langa, M., & Kiguwa, P. (2013). Violent masculinities and service delivery protests in post-apartheid South Africa: A case study of two communities in Mpumalanga. *Agenda*, 27(1), 20–31. <https://doi.org/10.1080/10130950.2013.793897>
- Langa, M., Kirsten, A., Bowman, B., Eagle, G., & Kiguwa, P. (2020). Black masculinities on trial in absentia: The case of Oscar Pistorius in South Africa. *Men and Masculinities*, 23(3–4), 499–515. <https://doi.org/10.1177/1097184X18762523>
- Linton, S. (1998). *Claiming disability: Knowledge and identity*. New York University Press.
- Linton, S. (2005). What is disability studies? *PMLA*, 120(2), 518–522. <https://doi.org/10.1632/S0030812900167823>
- Lyner-Cleophas, M. (2019). Assistive technology enables inclusion in higher education: The role of Higher and Further Education Disability Services Association. *African Journal of Disability*, 8, 1–6. <https://doi.org/10.4102/ajod.v8i0.558>
- Macgregor, H. (2006). 'The grant is what I eat': The politics of social security and disability in the post-apartheid South African State. *Journal of Biosocial Science*, 38(1), 43–55. <https://doi.org/10.1017/S0021932005000957>
- Mack, A. N., Bershon, C., Laiche, D. D., & Navarro, M. (2018). Between bodies and institutions: Gendered violence as co-constitutive. *Women's Studies in Communication*, 41(2), 95–99. <https://doi.org/10.1080/07491409.2018.1463765>
- Maldonado-Torres, N. (2007). On the coloniality of being: Contributions to the development of a concept. *Cultural Studies*, 21(2–3), 240–270. <https://doi.org/10.1080/09502380601162548>
- Maldonado-Torres, N. (2017). On the coloniality of human rights. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (114), 117–136. <https://doi.org/10.4000/rccs.6793>
- Maniglio, F., & Silva, R. B. da. (2021). El análisis crítico del discurso y el giro decolonial ¿Por qué y para qué? *Critical Discourse Studies*, 18(1), 156–184. <https://doi.org/10.1080/17405904.2020.1754871>
- McDougall, K. (2006). Ag shame and superheroes: Stereotype and the signification of disability. In B. Watermeyer, L. Swartz, T. Lorenzo, M. Schneider, & M. Priestley (Eds.), *Disability and social change: A South African agenda* (pp. 387–400). HSRC Press.

- Mgogo, Q., & Osunkunle, O. (2021). Xenophobia in South Africa: An insight into the media representation and textual analysis. *Global Media Journal*, 19(38), 1–8. <https://www.globalmediajournal.com/open-access/xenophobia-in-south-africa-an-insight-into-the-media-representation-andtextual-analysis.php?aid=89165>
- Mignolo, W. D. (2007). Introduction: Coloniality of power and decolonial thinking. *Cultural Studies*, 21(2–3), 155–167. <https://doi.org/10.1080/09502380601162498>
- Mignolo, W. D. (2011). Epistemic disobedience and the decolonial option: A manifesto. *Transmodernity*, 1(2), 3–23. <https://doi.org/10.5070/T412011807>
- Mkhize, G. (2015). Problematising rhetorical representations of individuals with disability-disabled or living with disability? *Agenda*, 29(2), 133–140. <https://doi.org/10.1080/10130950.2015.1040692>
- Moffett, H. (2006). ‘These women, they force us to rape them’: Rape as narrative of social control in post-apartheid South Africa. *Journal of Southern African Studies*, 32(1), 129–144. <https://doi.org/10.1080/03057070500493845>
- Moodley, J., & Graham, L. (2015). The importance of intersectionality in disability and gender studies. *Agenda*, 29(2), 24–33. <https://doi.org/10.1080/10130950.2015.1041802>
- Ndlovu-Gatsheni, S. J. (2019). Provisional notes on decolonizing research methodology and undoing its dirty history. *Journal of Developing Societies*, 35(4), 481–492. <https://doi.org/10.1177%2F0169796X19880417>
- Nkabinde, Z. P. (1993). The role of special education in a changing South Africa. *The Journal of Special Education*, 27(1), 107–114. <https://doi.org/10.1177/002246699302700107>
- Ornellas, A., & Engelbrecht, L. K. (2018). The Life Esidimeni crisis: Why a neoliberal agenda leaves no room for the mentally ill. *Social Work*, 54(3), 296–308. <https://doi.org/10.15270/54-3-650>
- Orth, Z., Andipatin, M., & Van Wyk, B. (2021). “These women are making a statement against rape and yet the only thing y’all can focus on is ‘eww they’re naked’”: Exploring rape culture on Facebook in South Africa. *Gender Issues*, 38(3), 243–259. <https://doi.org/10.1007/s12147-020-09268-x>
- Pearce, B. (2016). *Cultivating contention: An historical inquiry into agrarian reform, rural oppression and farm attacks in the midlands of KwaZulu-Natal, South Africa* [Tese de doutoramento, Dalhousie University]. DalSpace Institutional Repository. <http://hdl.handle.net/10222/72171>
- Promotion of Equality and Prevention of Unfair Discrimination Act, Act 4 of 2000. (2000). <https://www.justice.gov.za/legislation/acts/2000-004.pdf>
- Quijano, A. (2007). Coloniality and modernity/rationality. *Cultural Studies*, 21(2–3), 168–178. <https://doi.org/10.1080/09502380601164353>
- Resende, V. de M. (2021). Decolonising critical discourse studies: For a Latin American perspective. *Critical Discourse Studies*, 18(1), 26–42. <https://doi.org/10.1080/17405904.2018.1490654>
- Salawu, A. (Ed.). (2018). *African language digital media and communication*. Routledge.
- Santos, B. de S. (2007a). Beyond abyssal thinking: From global lines to ecologies of knowledges. *Review*, 30(1), 45–89. <http://hdl.handle.net/10316/42128>
- Santos, B. de S. (2007b). Human rights as an emancipatory script? Cultural and political conditions. In B. de S. Santos (Ed.), *Another knowledge is possible: Beyond Northern epistemologies* (pp. 3–40). Verso.
- Santos, B. de S. (2012). Public sphere and epistemologies of the South. *Africa Development*, 37(1), 43–67. <https://www.ajol.info/index.php/ad/article/view/87540>
- Schalk, S. (2019). Resisting erasure: Reading (dis)ability and race in speculative media. In K. Ellis, G. Goggin, B. Haller, & R. Curtis (Eds.), *The Routledge companion to disability and media* (pp. 137–146). Routledge.

- Siddique, J. A. (2019). War and rape. In F. P. Bernat & K. Frailing (Eds.), *The encyclopedia of women and crime* (pp. 1–5). Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781118929803.ewaco528>
- Sideris, T. (1998). Women and apartheid. Collective trauma and social reconstruction. *The Way*, 80–92. <https://www.theway.org.uk/back/s093Sideris.pdf>
- Smith, L. T. (2021). *Decolonising methodologies: Research and indigenous peoples*. Zed Books.
- Soudien, C., & Baxen, J. (2006). Disability and schooling in South Africa. In B. Watermeyer, L. Swartz, T. Lorenzo, M. Schneider, & M. Priestley (Eds.), *Disability and social change: A South African agenda* (pp. 149–163). HSRC Press.
- South Africa Schools Act, Act No. 84, 1996 (1996). https://www.gov.za/sites/default/files/gcis_document/201409/act84of1996.pdf
- Spivak, G. C. (2003). Can the subaltern speak? *Die Philosophin*, 14(27), 42–58. <https://doi.org/10.5840/philosophin200314275>
- Stadler, J. (2006). Media and disability. In B. Watermeyer, L. Swartz, T. Lorenzo, M. Schneider, & M. Priestley (Eds.), *Disability and social change: A South African agenda* (pp. 373–386). HSRC Press.
- Statistics South Africa. (2014, 9 de setembro). *Stats SA profiles persons with disabilities*. <http://www.statssa.gov.za/?p=3180>
- Stevens, S. (2021). Violence, political strategy and the turn to guerrilla warfare by the congress movement in South Africa. *Journal of Southern African Studies*, 47(6), 1011–1028. <https://doi.org/10.1080/03057070.2021.1974224>
- Swain, J., & French, S. (2000). Towards an affirmation model of disability. *Disability & Society*, 15(4), 569–582. <https://doi.org/10.1080/09687590050058189>
- Tevera, D. (2013). African migrants, xenophobia and urban violence in post-apartheid South Africa. *Alternation*, 7, 9–26. <http://hdl.handle.net/10566/1632>
- Thobejane, R. K. (2018). *An assessment of mental health care law in South Africa with specific reference to the Life Esidimeni tragedy* [Tese de doutoramento, University of Pretoria]. UPSpace. <http://hdl.handle.net/2263/70021>
- Tsatsou, P. (2021). Is digital inclusion fighting disability stigma? Opportunities, barriers, and recommendations. *Disability & Society*, 36(5), 702–729. <https://doi.org/10.1080/09687599.2020.1749563>
- United Nations Convention on the Rights of Persons with Disabilities, 13 de dezembro de 2006, <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-rights-persons-disabilities>
- van der Heijden, I., Abrahams, N., & Harries, J. (2019). Additional layers of violence: The intersections of gender and disability in the violence experiences of women with physical disabilities in South Africa. *Journal of Interpersonal Violence*, 34(4), 826–847. <https://doi.org/10.1177/0886260516645818>
- Van Niekerk, K., Dada, S., & Tönsing, K. (2019). Influences on selection of assistive technology for young children in South Africa: Perspectives from rehabilitation professionals. *Disability and Rehabilitation*, 41(8), 912–925. <https://doi.org/10.1080/09638288.2017.1416500>
- Vetten, L. (2011). Paradox and policy: Addressing rape in post-apartheid South Africa. In N. Westmarland & G. Gangoli (Eds.), *International approaches to rape* (pp. 169–192). <https://doi.org/10.2307/j.ctt9qgkd6.12>
- Welfare Laws Amendment Act, Act 106 of 1996. (1996). <https://www.gov.za/documents/welfare-laws-amendment-act>
- Zondi, Z. V., & Ukpere, W. I. (2014). Police brutality in post-apartheid South Africa reviewed. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 5(3), 574–579. <https://doi.org/10.5901/mjss.2014.v5n3p574>

APÊNDICE

NOME DA PUBLICAÇÃO	TIPO	ANOS	NÚMERO DE ARTIGOS
AllAfrica	Online	2021	1
Daily Maverick	Online	2020, 2021	3
Eye Witness News	Online	2021	1
Independent Online	Online	2021	3
News24	Online	2020, 2021	2
Sowetan	Online	2021	2
TimesLive	Online	2021	3

Tabela A1 Artigos selecionados

NOTA BIOGRÁFICA

Lorenzo Dalvit é professor associado de média digitais e estudos culturais na Universidade Rhodes em Makhanda (África do Sul). As suas atuais áreas de interesse académico incluem desigualdades digitais, discursos online e média móveis de perspetivas críticas e decoloniais. Dalvit é (co)autor de aproximadamente 150 publicações e supervisionou mais de 30 estudantes em várias disciplinas (mídia e estudos culturais, educação, línguas africanas, ciência da computação, etc.). Ele desenvolveu/coordenou/ministrou 15 cursos em todos os níveis e para diversos grupos de estudantes e apresentou sobre desenvolvimento curricular, inovações de ensino e sinergias entre ensino, pesquisa e envolvimento da comunidade em conferências locais e internacionais. Ele recebeu o prêmio de internacionalização da Universidade Rhodes em 2017 e liderou cinco projetos de mobilidade internacional com Itália, Alemanha, Estados Unidos e Nova Zelândia. Ele é pesquisador da Fundação Nacional de Pesquisa e atraiu financiamento para pesquisa e bolsas da Fundação Nacional de Pesquisa e dos Departamentos Sul-Africanos de Educação Básica e de Comunicação, Conselho Internacional de Pesquisa e Intercâmbios e da Comissão Europeia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0011-9813>

Email: l.dalvit@ru.ac.za

Morada: Sala 133, Africa Media Matrix, Escola de Jornalismo e Estudos de Mídia, Universidade Rhodes, Makhanda (6140), África do Sul

Submetido: 03/12/2021 | Aprovado: 22/02/2022



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.